

**CONCORDÂNCIA VERBAL NO CONTEXTO ESCOLAR:  
VARIAÇÃO NA TERCEIRA PESSOA DO PLURAL  
EM TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

*Leila Cristina Bartilote Fonseca* (UESB)

[leilabartilote@gmail.com](mailto:leilabartilote@gmail.com)

*Jorge Augusto Alves da Silva* (UESB)

[adavgvstvm@gmail.com](mailto:adavgvstvm@gmail.com)

*Valéria Viana Sousa* (UESB)

[valerianavianasousa@gmail.com](mailto:valerianavianasousa@gmail.com)

**RESUMO**

A partir da concepção de que a capacidade de adequação de uso real da língua é reflexo da competência linguística do falante e de que as variedades linguísticas presentes na linguagem cotidiana não são aleatórias, analisamos, em textos escritos de alunos do 9º ano do ensino fundamental II do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto na cidade de Jequié – BA, casos de variação da concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6), procurando explicar tal variação com base em fatores linguísticos (estruturais) e fatores extralinguísticos (sociais). O objetivo deste estudo é refletir sobre o ensino de língua portuguesa como língua materna e propor novas formas de trabalho para o ensino da concordância verbal em sala de aula. A metodologia empregada segue os modelos propostos pela teoria da variação de cunho laboviano (LABOV, 1972), conjugado com aportes variacionistas qualitativos nos termos esboçados por Bortoni-Ricardo (2004). A hipótese norteadora da presente pesquisa é que práticas escolares podem ajudar discentes cujo vernáculo assemelha-se ao português popular (cf SILVA, 2005) aproxime-se paulatinamente à norma padrão. O corpus é constituído por três atividades hierarquizadas em monitorada, semimonitorada e não monitorada, a fim de apreender as possibilidades de realização da terceira pessoa do plural. Os dados submetidos ao GoldVarb apresentaram as tendências, por meio das quais consideramos como o percurso para a aquisição das marcas de concordância na língua escrita padrão. O estudo traz dupla contribuição: apresenta dados relevantes para compreensão das realidades do português escrito do Brasil e fornece subsídios para elaboração de práticas pedagógicas voltadas para a reflexão das realidades linguísticas do interior do estado da Bahia.

**Palavras-chave:** Gramática. Língua. Norma. Variação. Concordância verbal.

## **1. Introdução**

Nenhuma língua viva é estável. Ela é dinâmica e, nessa dinamicidade, é que se constroem a riqueza e a diversidade, ou melhor, a riqueza da diversidade linguística. A heterogeneidade da língua portuguesa e, sua consequente variação, é profícuo material para diversos estudos sociolinguísticos.

À luz da sociolinguística, é possível observar a variação para além das normas prescritas na gramática tradicional e do consequente estigma que recai sobre quem não se enquadra nos moldes do “bem falar” e do “bem escrever”.

Na língua escrita, mesmo sendo teoricamente cuidada, também são exibidas marcas de variação. Para nós, professores de língua portuguesa, um dos processos que mais chamam a atenção nas produções textuais dos estudantes é a variação na concordância verbal, quer seja pela sua importância no texto, quer seja pelo estigma que o seu não uso provoca.

A concordância verbal estabelecida pelos moldes gramaticais é ensinada como uma regra geral, mas que se compartimenta em regras especiais (os ditos casos especiais) que servem para fomentar no imaginário discente a ideia de que a língua portuguesa é uma língua difícil. E, em nosso caso em específico, lançamos a reflexão sobre fatores linguísticos (natureza e posição do sujeito, saliência fônica) que condicionam a maior ou menor aplicação da regra de concordância nos textos escritos de alunos no final do ensino fundamental.

No estudo sobre a concordância verbal na língua portuguesa, apresentada a rigor pela gramática normativa, é trazida, muitas vezes, a marca da redundância. Assim, o recomendado é que a marca de plural deva aparecer, segundo suas regras, em mais de um constituinte da oração (casos exemplares), além dos casos particulares em que há uso divergente para um mesmo caso.

Os alunos que têm um mínimo de nove anos de estudos conhecem a gramática normativa e boa parte de suas regras. Mas não é incomum que mesmo estes alunos, em situações de fala ou escrita mais monitorada, incorram, também, em uma não aplicação das regras de concordância verbal apresentadas em gramáticas mais tradicionais.

Diante de tal problema, partimos, então, da hipótese de que fatores extralinguísticos (faixa etária, sexo, *status* socioeconômico, escolaridade e ambiente social) e fatores linguísticos (posição do sujeito em relação ao verbo, distância entre sujeito e verbo, e saliência fônica), influenciam em maior ou menor grau na variação de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6) mesmo em textos escritos, supostamente mais monitorados.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), os chamados “erros” cometidos pelos alunos têm explicação no sistema e na evolução da língua. Para nós, os casos de concordância verbal divergentes em terceira pessoa do

plural (P6) seguem tendências e padrões e, assim, analisar esses processos pode nos ajudar a conhecer melhor nossa língua, objeto de trabalho do professor de língua portuguesa. Diante do exposto, propomo-nos na presente pesquisa a abordar de forma mais adequada à realidade dos nossos alunos os conteúdos de gramática normativa e trabalhar com nosso aluno a sua competência comunicativa.

Objetivamos analisar a aplicação das regras de concordância de 3ª pessoa do plural (P6) nos textos escritos dos alunos no ensino fundamental II e, para tanto, vinte informantes foram selecionados, sendo 10 (dez) do sexo masculino e 10 (dez) do sexo feminino, na faixa etária de 13 a 16 anos. Os referidos participantes são alunos do 9º ano do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto, situado na cidade de Jequié, no estado da Bahia.

Realizada a discussão teórica, aplicada a atividade didática, apresentamos os resultados obtidos por meio do programa GoldVarb 2001<sup>85</sup>, apresentamos os resultados alcançados por meio de tabelas e gráficos e analisamos as variáveis consideradas relevantes e irrelevantes para a partir dessa análise aplicarmos uma proposta de intervenção que foi elaborada com objetivo de, em uma perspectiva de descrição e reflexão, apresentar um atividade de concordância verbal nos quais os alunos possam compreender e desenvolver mais a sua competência linguística a partir da língua em uso.

## **2. *Reverendo conceitos***

A concordância verbal tem sido tema de muitas pesquisas, ora pesquisas que se desenvolvem apenas na academia, ora pesquisas voltadas às questões do ensino. Todos os trabalhos são importantíssimos para conhecermos e analisarmos a nossa língua e enxergarmos a beleza e as dificuldades que o seu ensino nos impõe cotidianamente em nossas salas de aula. Muito foi feito, mas ainda há muito a ser trilhado, visto que todas as teorias, trabalhos de pesquisa e discussões acerca do tema ainda não refletiram diretamente no trabalho pedagógico.

Muitos professores buscam em seu trabalho utilizar aquilo em que esteja confortável e que gere menos dificuldades, mantendo um tratamen-

---

<sup>85</sup> GoldVarb 2001 – programa computacional de análises multivariada, especialmente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística.

to homogeneizante da língua, no qual o estudante, mesmo aquele que participa efetivamente das aulas, percebe que aquilo que ele aprende nas aulas é completamente distante do uso efetivo. As aulas de língua portuguesa ficam, assim, resumidas a aulas de gramática o que se constitui em engano, como afirma Antunes (2007):

Como se vê, um equívoco agrava o outro. Ou seja: a gramática não basta, e o que é pior, o que se estuda na escola não chega de fato a ser gramática relevante para o exercício, em textos, da linguagem. Vale lembrar que como já foi mostrado, ao lado das regras de gramática, são requeridas as regras de contextualização e as normas sociais que regulam a interação verbal. (ANTUNES, 2007, p. 71)

Essa citação só reitera a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas nas aulas de língua portuguesa, o que colaboraria para diminuir a cisão entre teoria e prática, tão comum em nossas escolas e faria o estudo da língua mais aprofundado e prazeroso. Cabe aqui lembrar as dificuldades e os questionamentos ainda são muitos e a busca por uma identidade do professor de língua portuguesa traz, em seu bojo, questões como: O ensino de gramática ainda é importante? Para quem esse ensino deve servir? De que forma e que gramática ensinar? Como a variação entraria em nossos currículos e no fazer pedagógico? São angústias que circundam o ofício do professor de língua portuguesa e nortearam questões próprias do nosso objeto de pesquisa: de que forma lidar com a concórdia verbal de forma a desenvolver a competência linguística do educando.

## **2.1. Gramática**

O estudo da gramática, segundo Faraco (2008, p.130) é muito antigo. Babilônios e hindus séculos antes de Cristo desenvolveram estudos sobre a língua e seus mecanismos. Fica evidente que o homem sempre se interessou em refletir sobre como a linguagem se estrutura e em compreender o funcionamento da língua.

Com relação à palavra gramática, observamos que esta suscita dúvidas sobre a que sentido se refere exatamente. É possível compreendê-la como mecanismo interno que regula toda e qualquer língua, ou como compêndio de regras a serem seguidas por quem quer falar e escrever corretamente, ou ainda, como disciplina a ser lecionada. E preciso então saber e, aqui, o nosso propósito é delimitar sobre qual concepção de gramática estamos tratando para que sejam evitadas eventuais confusões entre gramática normativa, descritiva e gerativa.

A gramática normativa, também chamada de prescritiva, comporta um conjunto de normas que orientam as formas de expressar-se bem, seja na oralidade ou na escrita. Estas normas são estabelecidas por especialistas (gramáticos) com base em autores consagrados na literatura, visto que estes seriam os que melhor se utilizam dos recursos linguísticos. Escrever bem, falar corretamente, a partir da visão normativa é, antes de tudo, conhecer, dominar e utilizar tais regras.

Para Franchi (2006), este tipo de concepção de gramática pressupõe que entre as diversas modalidades de usos possíveis dentro de uma língua qualquer, há uma que é “culta e bela”, um padrão a ser usado como parâmetro que deve ser aprendido na escola. A beleza do texto, então, residiria no respeito às regras apontadas por esse modelo gramatical, dado que as demais modalidades, principalmente as usadas pelas classes mais populares são classificadas como “feias e vulgares”.

Gramática descritiva, por sua vez, parte de um processo no qual a prioridade é descrever o que ocorre na língua e, a partir daí, observar as regras de uso, dissociando o que é gramatical e *agramaticalmente* realizado pelo falante. Franchi (2006) assevera a esse respeito:

Gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica.

Saber gramática não depende, pois, em princípio, da escolarização, ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade linguística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras. (FRANCHI, 2006, p. 25)

Comparando as duas gramáticas supramencionadas, vimos que sinalizam perspectivas diferenciadas acerca dos usos da língua, uma parte de um princípio normatizador e a outra de um princípio descritivo. Contudo, há de se notar que ambas não retratam uma gramática na condição de sistema, aquela que é responsável pela regência da forma que qualquer falante se utiliza intuitivamente.

Não se deve misturar as finalidades de cada uma, nem emitir juízo de valor. A cada uma cabe um papel, que, segundo Bechara (2014), correspondem a disciplinas correlatas, mas independentes: a descritiva tem um cunho científico e a normativa é uma regulamentação aplicada a um comportamento social, tem papel pedagógico. Assim, elas não se anulam, contudo não devem se misturar, sob pena de perturbar a validade desses estudos, o seu campo de atuação.

Apresentados esses dois tipos de gramática, trazemos o terceiro: a gramática internalizada. A partir dos estudos gerativistas e, sobretudo, os estudos de Noam Chomsky, surge a ideia de outra gramática, na qual a noção de saber gramatical corresponde àquilo que o falante é capaz de desenvolver dentro da estrutura subjacente de determinada língua

Nesta gramática, há a compreensão de que cada usuário da língua sabe intuitivamente utilizar as regras de uma gramática internalizada que possui, pois seu conhecimento linguístico de um falante é biológico (inato) e vai ser desenvolvido, a partir das experiências, que este terá com a sua língua. Com isso, o falante não criará jamais sentenças que, mesmo novas, não estejam previstas dentro do sistema de sua língua. Assim, podemos entender que a gramática internalizada de um indivíduo se constrói a partir de uma matriz biológica e se desenvolve na atividade, no uso.

Apresentados os três tipos de gramática, convém falar que o ensino de gramática normativa possui longa tradição, a reflexão sobre ele é necessário e vem trazendo mesmo que, a passos lentos, o que denota cuidado, mudanças e avanços no fazer pedagógico do ensino de língua portuguesa. Entretanto, mesmo diante desse suposto avanço, muito ainda há que ser questionado sobre ideologias, em como ensinar, o que ensinar a quem ensinar e que contribuições isso pode gerar para quem aprende.

Dessa forma, não defendemos que a gramática normativa deva ser considerada como vilã, mas acreditamos que ela não deve ser vista como sinônimo de língua e, assim, o que está apresentado nela como única forma possível de interagir na língua, excluindo as demais possibilidades. Nas palavras de Perini (2007), o ensino da norma não precisa ser apontado como um mal em si, mas sua aplicação é que tem se mostrado prejudicial, pois o trabalho com gramática em sala de aula não deveria ser dogmático onde se pretende corrigir o que foge ao padrão.

A nosso ver, o ensino da tradição gramatical, indiscutivelmente, ainda é papel da escola, embora o ensino de gramática por si só não subsidie ninguém a expressar-se melhor verbalmente, é dever das instituições de ensino oferecer aos alunos contato com a língua padrão e ofertar condições ao aluno de tornar-se apto para usá-la em conformidade com a circunstância ou situação vivenciada. No entanto, urge, ao lado desse ensino, a necessidade de um trabalho de reflexão com e sobre a linguagem real utilizada verdadeiramente pelos falantes, para que o ensino do português deixe de ser considerado como a transmissão de conteúdos e modelo e se apresente como construção de conhecimentos pelos alunos, pri-

mando-se menos pelo ensino do que pela aprendizagem.

## 2.2. Norma

Quando nos referimos ao termo *norma*, é comum entendê-lo como sinônimo de modelo, padrão, aquilo que está estabelecido como regra, procedimento a ser seguido. No entanto, ao buscar entender as acepções do referido termo no campo da linguagem, este pode ser compreendido de duas formas: como aquilo que é comum, normal ou como uso regado, como modalidade utilizada apenas por alguns, algo restrito. (NEVES, 2013)

Na primeira concepção, essa modalidade seria instaurada pela frequência e se basearia no uso, sem juízo de valor. Esta seria a média dos falares a partir de uma língua idealizada como comum, usual, o que nos remete a concepção de gramática internalizada. A norma, na segunda significação, é tomada como padrão desejável, o que torna esta concepção como arbitrária e sustentada apenas pela autoridade, aludindo a noção de uso regado presente na gramática prescritiva.

Norma é definida, por Faraco (2008), como certo acervo de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são frequentes, corriqueiros, habituais numa dada comunidade de fala. Designando-se nesse sentido aquilo que é normal, comum, recorrente num grupo de falantes, incluindo-se as variações. Existindo, portanto, num país como o Brasil com uma sociedade estratificada e diversa, inúmeras normas linguísticas com diversas características identitárias.

Dessa maneira, é impossível impor as pessoas que utilizem apenas uma única norma linguística, já que cada norma reflete os usos linguísticos de cada grupo, seus valores sociais, culturais, religiosos e que atribui identidade aos indivíduos que constitui grupo. Isso não inviabiliza, porém, que indivíduos pertencentes a esse grupo entrem em contato e adquiram influências de outras normas empregadas em outras esferas sociais.

Percebemos que a norma culta, no senso comum, distancia-se do conceito de norma, aquilo que é normal, comum, regular, que representaria a média dos falares, sem atribuir juízos de valor, e se aproxima da ideia de normatização. Neves (2013) retrata a fala mais controlada, supervisionada, que carrega em si os modelos predeterminados pela tradição gramatical, representando o uso de uma elite intelectual do momento.

As imprecisões presentes no uso do adjetivo *culta*, que é visto como caracterizador dos usos linguísticos, merece consideração a ressalva de que a norma *culta* se refere à cultura escrita, sendo, portanto, aquela utilizada por falantes que possuem certo grau de escolarização em situações que envolvem certa formalidade. Ela é mais uma variedade da língua e, como tal, é também bastante heterogênea e está longe de cumprir os ideais linguísticos de correção gramatical, além de também ser fortemente influenciada pelas normas populares. Quaisquer normas linguísticas utilizadas por quaisquer comunidades, independentemente do seu nível social ou cultural, sofrerão variações no uso, entretanto a cultura escrita tenta conter essa inconstância instaurando uma padronização da língua na tentativa de homogeneizá-la, estabelecendo, assim, a chamada norma-padrão.

O padrão, desejado por alguns e visto como necessário para barrar mudanças e variações que poderiam desfigurar a língua portuguesa, não pode ser alcançado, pois esta língua exemplar nunca poderá barrar as variações, a diversidade, em sociedade plural como a nossa. Pode talvez tornar-se referência, um caráter unificador para as outras normas com as quais convive.

### **3. *Concordância verbal: por que, para que e como ensinar***

Santos e Silva (2014) afirmam que muito se tem escrito sobre a concordância verbal no português do Brasil, reconhecendo que a atenção dada ao tema recai sobre o distanciamento entre as normas *culta* e popular, bem como à censura (certo x errado) originada numa avaliação social de natureza estigmatizante. Ademais, a escola, em seu papel normatizador, tem exercido pressões no sentido de adequar as formas do português popular (aquelas estigmatizadas) ao português padrão escrito sem atacar os pontos nevrálgicos do problema. Chegamos, portanto, ao fio condutor de nosso trabalho: em primeiro lugar, a coexistência no ambiente escolar de normas que não espelham o ideal purista preconizado pela tradição gramatical; em segundo lugar, o surgimento e a manutenção de estigmas sociais decorrentes do uso de uma variedade não prestigiada; em terceiro lugar, a proposição de tratamento eficiente da transposição da norma popular à norma *culta*, em ambiente escola, que venha a diminuir o estigma criado em torno de uma variedade linguística. Destarte, nosso recorte é feito no sentido de descrever e analisar a variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural a partir das visões teórico-metodológicas

existentes na atualidade. No entanto, é necessário delimitar o estigma ideologicamente criado em torno da ausência de concordância verbal.

Labov (1972) apresenta em seu clássico *Sociolinguistic Patterns*, ou, na versão em português, *Padrões Sociolinguísticos*, cinco problemas da mudança linguística. Naquela ocasião, o estudioso buscava demonstrar que a mudança linguística não só podia ser analisada à luz do rigor científico, mas também que se poderiam apresentar evidências teóricas que mapeassem o percurso da mudança<sup>86</sup> com base em problemas advindos da passagem de uma forma a outra. Em nosso estudo, a fim de discutirmos a variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural, abordaremos apenas o “Problema da Avaliação”, já que estamos tratando de uma forma estigmatizada.

A noção de estigma aplicada à linguística emerge da sociologia norte-americana depois que Allport (1954) definiu “estigma social” baseando-se nos conflitos raciais no novo mundo<sup>87</sup>. Nos limites das ciências sociais, o preconceito ou “estigma social” seria uma forma simplificada e unilateral de simplificação de um comportamento e, por seu caráter unilateral e simplificador, resultaria num princípio de generalização, pondo de lado as singularidades que caracterizariam os indivíduos. Aplicando tal conceito ao fenômeno por nós estudado, podemos ver que a inobservância das regras de concordância verbal leva à categorização unilateral do comportamento linguístico, no momento em que os usos não ratificados pela tradição são tidos como “vícios de linguagem”, trazendo em si a carga semântica negativa do termo “vício”. No entanto, interessamo-nos por discutir o fenômeno na realidade linguística e, para isso, retornemos a Labov (1972).

Nesse ponto do nosso percurso, damos voz a Labov (1972) para com ele refletirmos sobre três pontos básicos, a saber: os elementos funcionais na constituição da variante, a percepção do indivíduo sobre a

---

<sup>86</sup> Não queremos dizer, entretanto, que a mudança seja apenas de uma forma A para uma forma B, mas em uma atitude linguística A para uma atitude linguística B. Nesse sentido, torna-se esclarecedora a leitura do capítulo “Erros escolares como tendência de mudança” de Câmara Júnior. Naquele texto, o autor demonstra aquilo (1957) era visto como “erro” apontaria, na verdade, para um direcionamento de mudança não só de A para B, mas de postura de A para B, tal qual demonstrou Júlio Ribeiro ao tratar de alterações de concepções no uso da regência verbal, conforme Silva (2003)

<sup>87</sup> Os conflitos raciais no Velho Mundo pareciam ser mais discretos e identificáveis apenas pela pertença a um grupo étnico avaliado por sua descendência não tão visível, tal como os judeus e os ciganos.

forma variante e, por fim, a significação social atribuída à forma variante. Para dar corpo à teoria, passemos a analisar o uso variável das construções denominadas “passivas pronominais”. O preceito gramatical considera que construções do tipo (1) “lavou-se o carro vs lavaram-se os carros” devam ser interpretadas como: [VTD+SE+SUJEITO]. Nesse sentido, aplica-se a regra geral no caso da posposição do sujeito. Por outro lado, há evidências científicas, conforme lemos em Scherre (2006), de que tais construções são interpretadas como: [VTD+SE+OBJETO DIRETO]; sendo o pronome SE apassivador na primeira fórmula e índice de indeterminação do sujeito na segunda. Seguindo nosso percurso, os elementos estruturais estariam apontando para uma interpretação diferenciada do falante do português contemporâneo no sentido de atribuir o papel de “índice de indeterminação” para uma estrutura homônima que era considerada como “pronome apassivador”. No entanto, mesmo havendo censura a tal emprego, a percepção do indivíduo sobre a variante e a significação social que lhe é atribuída são menos estigmatizadas do que as construções características do uso popular com (2) “Meus primo tudo sabe nadar” ou (3) “Meus primos tudo sabem nada”. Com base nisso, o falante considera o “tudo” como um pronome resumitivo, abarcando a totalidade dos elementos biosociais presentes no enunciado<sup>88</sup>. Curiosamente, construções com “tudo” e o verbo “ser” suscitam uma opção de uso, vejamos a concordância do verbo ser com o predicativo, “quando o sujeito do verbo ser é um dos pronomes isto, isso, aquilo, tudo ou o (=aquilo) e o predicativo vem expresso por um substantivo no plural” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 494). Destarte, “Tudo na vida são verdades de relação” (*Idem, ibidem*) é uma construção autorizada, já que a concordância se faria não com o sujeito (Regra Geral), mas com o predicativo do sujeito. Como, então, a Sociolinguística explicaria o fenômeno *in tela*?

Aplicando os estudos de Labov (1972) à questão, podemos perceber que em (2) e (3) há um “reconhecimento social aberto” da diferenciação o que produz a reação mais negativa em relação a (2) e (3) do que em relação a (1); portanto, a correção (no caso de (2) e (3)) é “sempre na direção da forma mais conservadora, e os estereótipos são associados com atributos sociais negativos”. Nesse ponto chegamos à importância da compressão do papel dos estudos sociolinguísticos na escola, interpretando Lucchesi (2004):

---

<sup>88</sup> “tendência que tem o nosso espírito de preferir destacar como sujeito o que representamos por palavra nominal, pois esta alude a realidade mais evidentes.” (CUNHA & CINTRA, 1985).

- a) Tentativa de ver os papéis sociais ou funções sociais em que a língua atua no sentido de reconhecer a identidade do falante que ora se identifica e ora identifica o outro;
- b) Tentativa de ruptura da concepção de homogeneidade ligada à funcionalidade, provando que a língua não se degrada quando oferece ao falante novas opções.

Nas subseções seguintes, demonstraremos como as abordagens normativas são aplicadas em sala de aula, além disso, discutiremos a validade de atividades baseadas na gramática de uso e na gramática reflexiva para apresentar, por fim, a relevância de atividades calcadas na pesquisa sociolinguística. Nesse sentido, embora as abordagens sejam breves, nosso intento é apresentar um quadro discursivo-comparativo do ensino da norma padrão, tendo como objeto a concordância verbal na terceira pessoa do plural, confrontando a norma popular com a norma padrão.

### **3.1. Gramática normativa**

Partindo do pressuposto de que a gramática normativa (materialização da tradição gramatical) reclama para si o papel de guardião dos padrões que norteiam o bom uso da língua portuguesa, tomaremos então como autores representativos da tradição gramatical, ora vigente, Bechara (2001) e Cunha & Cintra (2008), que nos apresentam conceitos e regras acerca da concordância verbal e observaremos que tais “regras” não conseguem abarcar aquilo que de fato ocorre na língua usada no Brasil no cotidiano.

Para Bechara (2001), o português, por ser uma língua histórica, está constituído de várias “línguas” com proximidades e diferenças entre si. Acredita, assim, que falantes dessas diversidades tendem a buscar um veículo comum de comunicação e que, dentro da língua comum, pode-se desenvolver uma idealização linguística mais disciplinada, *in summa*, normatizada. Fica claro que o autor se refere à gramática normativa, tentando destacar-lhe o papel de referência linguística que se credita àquele tipo de compêndio. Seguindo a linha de nosso recorte, Bechara (2001) afirma que a concordância consiste na adaptação entre palavra determinante e palavra determinada e que concordância verbal de natureza número-pessoal se dá entre sujeito e verbo. No entanto, o mesmo gramático reconhece que essa “adaptação” não se dá de forma pacífica. Em suas considerações gerais sobre o tema, Bechara (2001) admite que a concor-

dância nem sempre é possível, pois, na língua oral, o fluxo do pensamento corre mais rápido, dificultando a percepção das estruturas. Para Bechara (2001), há circunstâncias em que o falante costuma enunciar o sujeito posposto ao verbo e que como não pensou no sujeito primeiro poderá ocorrer “discordância”. Ressalta, ainda, que, na língua escrita, por ser mais formal e elaborada, há formas de evitar tais discordâncias.

Da fala de Bechara (2001) podemos, então, visualizar duas situações: a primeira diretamente relacionada à “percepção das estruturas” e a segunda relacionada à diferença entre língua oral e língua escrita.

A primeira situação nos leva a considerar os elementos formadores do sujeito (constituição do sujeito), bem como sua posição no sintagma oracional além da natureza dos verbos. Eis os entornos linguísticos apresentados pela tradição gramatical.

Em relação aos elementos constitutivos do sujeito devemos nos atentar para: (a) presença de adjuntos adnominais com ideia partitiva (a maioria dos alunos saiu/saíram); (b) presença de pronomes (algum de nós irá/iremos); (c) existência do pronome relativo; (d) presença da preposição “com” (o rei com a rainha saiu/saíram); (e) reconhecimento de estruturas como “um dos que/uma das que fez/fizeram”; (f) existência de elementos em gradação (A voz, o gesto, a postura fez/fizeram sua imagem) e existência da conjunção ou (Pedro ou Paulo se casará/O delegado ou o oficial resolverá/resolverão o problema).

Em relação à posição do sujeito no sintagma oracional, preceitua a tradição gramatical que devem ser observadas as possibilidades de aplicação da regra de acordo com a posposição do sujeito: Na caixa cabia/cabiam o relógio, o anel e as abotoaduras. Como podemos ver até agora, a própria tradição gramatical apresenta um quadro de variação delimitada por questões “lógico<sup>89</sup>- estruturais”.

Em relação à natureza verbal, nos casos de concordância, segundo os preceitos normativos, o utente deve considerar a pessoalidade ou impessoalidade do verbo, além de sua transitividade. Assim, a pessoalidade traduz-se nas formas verbais pela possibilidade de flexão número-pessoal, o que não podemos observar nos casos de impessoalidade. Disso decorreria um “solecismo” do tipo “houveram pessoas” no lugar de

---

<sup>89</sup> Como questão “lógica”, nos limites da prescrição, podemos ver o uso do singular ou plural no caso do sujeito composto unido pela preposição “com”.

“houve pessoas”, bem como a confusão que é feita nos casos de verbos como “existir”, “faltar”, “ocorrer”, “surgir” entre outros, aos quais se costuma atribuir certa impessoalidade, de onde: “existe/existem provas”, “faltou/faltaram provas” etc. Podemos, ainda, incluir a situação dos verbos transitivos diretos, no já mencionado caso de “alugam-se salas”.

De tudo que até agora discutimos sobre a abordagem normativo-tradicional no tratamento da concordância verbal e na indiscutível variação abonada ou não por regras especiais, precisamos elencar os conhecimentos necessários para que o discente seja destro na “arte de bem concordar”:

- a) Identificar o sujeito, sua natureza estrutural e sua posição;
- b) Classificar o verbo, sua pessoalidade e sua transitividade;
- c) Reconhecer os casos lógico-estruturais na aplicação do singular ou do plural.

Assim posto, o ensino da concordância seria, em termos tradicionais, uma aula de lógica e não de uso das potencialidades da língua. O discente se comportaria como juiz discriminador entre o certo e o errado, procurando pautar sua decisão no conjunto das variáveis propostas para contornar a falibilidade da regra geral.

### **3.2. Concordância verbal: o uso e a reflexão**

A partir da década de 60, a escola brasileira enfrenta problemas decorrentes da popularização do ensino. Tal popularização franqueou os bancos escolares a uma parcela da população que via a educação formal como um privilégio. No entanto, o ambiente escolar (tanto ontem como hoje) reflete a divisão de classes e oportunidades, chegando ao ponto de, na década de 80, se pressupor um “dialeto escolar” calcado num ensino metalinguístico. Numa reação acadêmica, a gramática de uso, num viés de reflexão, seria uma alternativa para se enfrentar o insucesso do ensino normativo. Quais seriam, então, os mecanismos dessa gramática para tratar a concordância verbal? Reinterpretando a proposta de Santos, Riche & Teixeira (2012), podemos destacar dois tipos de atividades: exercícios estruturais e exercícios transformacionais no confronto da variedade e da intencionalidade.

No que se refere aos exercícios estruturais, o discente seria exposto a várias situações de linguagem em que ele deveria analisar o material

linguístico selecionado e combinado em dada construção. Além disso, o discente seria responsável por fazer escolhas situacionais, levando em conta as variantes (estruturais e sociais).

Por esse viés, regras estruturais opcionais (como o caso da concordância com o “quem” ou com os elementos partitivos) seriam deixadas para um segundo momento, em situações em que o estilo fosse o alvo do ensino. Outras regras como “qual/quais de nós/vós”, “nenhum/algum de nós/vós” viriam a lume em estudos conjuntos com textos de literatura canônica.

No entanto, arbitrar sobre o uso e a funcionalidade é tarefa que não pode ficar inteiramente sobre a responsabilidade docente. As gramáticas de uso têm se esforçado em apenas atualizar os exemplos e as ocorrências por meio de textos hodiernos, tais como podemos ver no excelente trabalho desenvolvido no âmbito da concordância verbal feito por Peres e Mória (1995); no entanto, tais estudos carecem da vivacidade da sala de aula, da rapidez da movimentação como as “coisas” acontecem em nosso cotidiano. A solução para tal empasse seria conjugar a proposta de uma gramática de uso com viés reflexivo às pesquisas sociolinguísticas, no modelo proposto por Mollica (2003), mas numa ampliação das realidades expostas pela pesquisadora, já que as pessoas in loco devem refletir (mesmo que parcialmente) os usos mais próximos dos cotidianos (rural, rural-urbano, urbano-rural<sup>90</sup> e urbano).

Em nossa visão, portanto, urge que as pesquisas sociolinguísticas sejam imprescindíveis para a configuração do quadro de usos a serem trabalhados pela escola, mostrando tendências de aquisição ou perda de marcas, “iluminando” o caminho para que a prática pedagógica seja realmente eficiente e transformadora em seu papel de inclusão social.

---

<sup>90</sup> Somos levados a crer que um *continuum* de variação rural e urbano deve espelhar especificidades: escolas na zona rural que convivem com alunos do meio urbano e escolas urbanas que convivem com alunos do meio rural. Esta realidade é vista na Região de Vitória da Conquista, pois a nova configuração geopolítica tornou áreas rurais em bairros periféricas; aquela realidade é vivenciada em Guanambi em que, por obra da malha rodoviária, se observa o acesso à escola de indivíduos de todas as regiões, como, pois escolas rurais (especialmente agrícolas) recebem alunos do meio urbano.

### 3.3. Concordância verbal sob o prisma sociolinguístico

Para a sociolinguística, a língua é dinâmica e possui formas diferentes de manifestações semanticamente equivalentes e que podem ser usadas segundo necessidade contextuais, por exemplo, o falante adapta o seu repertório linguístico a depender do maior ou menor grau de formalidade desses contextos. Nesse sentido, a função primária da língua, comunicar, fazemos o tempo todo e muito bem. Bortoni-Ricardo (2004) afirma que nenhuma falante usa mal a sua língua materna, pois dispõe de competência linguística para comunicar-se eficientemente. As variações que ocorrem na língua cotidiana (vernáculo em termos labovianos) não são aleatórias, pois estão condicionadas por fatores quer sociais quer estruturais. O olhar da sociolinguística sobre os fenômenos implica perceber quais os fatores condicionantes e, a partir dele, verificar tendências de mudança (perda ou aquisição) ou de manutenção do *status quo*. Como os demais ramos da linguística, a sociolinguística não se preocupa em elencar os “desvios” ou “erros”, nem fomentar estigmas; procura, portanto, ver em que sentido o encaixamento linguístico e social se efetivam no vernáculo, em termos labovianos, de dada época e de dado local.

Em relação à variação na concordância verbal, em especial a variação na terceira pessoa do plural, segundo Scherre (2005), está presente em todos os estratos sociais, embora tal variação seja equivocadamente atribuída às classes populares, como fizeram os primeiros dialetólogos; assim, a variação na concordância verbal já faz parte do repertório de qualquer falante do português brasileiro mesmo na escrita mais supervisionada, já que, mesmo pessoas escolarizadas deixam de marcar o plural em todos os termos como verbo, predicativos flexionáveis e nos participios passivos em construções diversas. Para a autora, há formas de uso que caso se utilizem todas as marcas flexão de plural provocam estranhamento e rejeição até por parte de pessoas escolarizadas. A esse respeito, Silva (2003) assevera que a eterna disputa entre o infinitivo flexionado e não flexionado demonstra como não se chega a cabo de uma discussão quando não se prioriza a atualização dos usos.

Além disso, segundo a Scherre, a ausência de concordância de número na escrita é menos perceptível ao leitor que não está preocupado com questões linguísticas, mas tais variações se mostram “regulares” e se apresentam em contextos linguísticos definidos. Um desses contextos, de natureza sintática, é a ruptura da ordem direta na oração, visto que a ordem considerada canônica no português, a saber, [sujeito+verbo] (SV) ou [sujeito+verbo+objeto] (SVO), quando não respeitada (ou efetivada)

produz uma interpretação diferentes das estruturas sintáticas. Em consequência disso, a alteração dessa disposição pode provocar a não aplicação da regra de concordância.

Essa hipótese é reforçada por Mollica (2003) que vê duas questões a serem observadas. A primeira está ligada a uma tendência de topicalização do português e a outra de marcação à esquerda. A conjunção da topicalização e marcação à esquerda, do ponto de vista estrutural, justificaria a concordância tal qual podemos observar no português brasileiro.

Do trabalho de Mollica (2003), podemos extrair algumas conclusões importantes para nosso estudo:

- a) Reconhecimento escolar do estigma provocado pela inobservância da regra geral de concordância, especialmente na terceira pessoa do plural;
- b) Percepção da tendência de topicalização e marcação do plural à esquerda.

Nesse sentido, Mollica (2003) afirma que “Pedagogicamente, trabalhar prioritariamente esses contextos é extremamente aconselhável, uma vez que as chances de processamento das variantes com ausência de concordância são bem altas na fala” (MOLLICA, 2003, p. 86). Devemos ressaltar que a pesquisadora trabalha com escolas urbanas do Rio de Janeiro, assim, perguntamos tal realidade pode ser verificada em escolas urbanas no interior da Bahia ou essa realidade poderia ser comparada às diversidades encontradas no interior do estado da Bahia? Certamente, a resposta para as questões formuladas será obtida não só com a pesquisa que ora realizamos, mas na comparação com outras pesquisas de mesmo teor em andamento.

Por outro lado, Araújo (2014) demonstra que tal visão apenas dá conta de uma parte do problema, pois não apresenta o fulcro da “questão brasileira” que só pode ser vista na sua sócio-história. Araújo (2014) afirma que a aquisição do português como L1, no período colonial, deu-se por meio de utentes que tinham o português como L2, produzindo uma transmissão linguística diferenciada daquela que sói ocorrer, justificando, portanto, a nomenclatura “transmissão linguística irregular” assumida por Lucchesi (2000). À parte de uma discussão mais aprofundada sobre a questão da aquisição do português no período colonial, do trabalho de Araújo (2014) devemos retirar algumas provocações para nosso estudo: (a) como a sócio-história da comunidade pode nos ajudar a compreender os índices de variação e/ou tendências de mudanças e (b) como, com base em tais índices e/ou tendências, podemos traçar um percurso de aprendizagem de regras pertencentes à norma de prestígio. Tais provocações

serão respondidas após a aplicação de atividades propostas no enfrentamento pedagógico da questão.

Retomando as pesquisas sociolinguísticas que tratam da concordância verbal, somos levados a discutir a validade de uma variável morfossintática, mas que está ligada ao material fonético que envolve a diferença entre singular e plural. A literatura convencionou chamar tal variável de saliência fônica. Bortoni-Ricardo (2004) destaca que a forma verbal mais saliente no plural tende a ser mais empregada, ou seja, quando a forma da terceira pessoa do plural, por exemplo, for muito divergente da terceira do singular; nesse sentido, haverá mais probabilidade de presença da concordância verbal.

Em relação às variáveis sociais, a literatura tem privilegiado duas questões quando tratamos de variação e ensino: o sexo do utente e a procedência do falante. A observação desses dois fatores está ligada a compreensão tanto dos diferentes papéis sociais assumidos pelos falantes, bem como da percepção da identidade linguística dos grupos de fala. No âmbito de nosso estudo, controlaremos tais grupos de fatores a fim de perceber sua validade na língua escrita e no trato escolar.

#### **4. Metodologia**

A coleta de dados foi realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental no Colégio da Polícia Militar – Professor Magalhães Neto, em Jequié – BA. Participaram da pesquisa 20 alunos (10 de sexo masculino e 10 do sexo feminino). Esta pesquisa considera os pressupostos da sociolinguística quantitativa. A pesquisadora é professora da instituição e trabalha com a turma com a disciplina língua portuguesa. A escolha da turma foi feita de forma aleatória e os alunos receberam todas as orientações referentes ao trabalho previamente acerca do que a pesquisadora pretendia e de que maneira se daria a participação e colaboração dos informantes. Foi explicado aos mesmos que estes teriam sua identidade mantida em sigilo e que, portanto, em nenhum momento a identificação do participante seria revelada. Os informantes foram orientados também com relação ao preenchimento do questionário, e as três atividades de produção textual. A participação estaria condicionada à realização de quatro atividades: responder um questionário e três atividades de produção textual. Após todas as explicações, os alunos foram indagados sobre o interesse em participar e apenas aqueles que demonstraram interesse foram inseridos na pesquisa. Todos os participantes foram orientados

com relação à necessidade do preenchimento dos termos de assentimento (assinado pelo aluno) e termos de consentimento (assinado pelo responsável), exigência do Comitê de Ética em Pesquisa, visando respaldar a pesquisa que envolve seres humanos. Os participantes foram informados também que seriam realizadas algumas fotografias para registro do trabalho. Todas as atividades foram desenvolvidas no horário regular de aula e inseridas no planejamento da disciplina.

A constituição do *corpus* para análise foi composta da aplicação de três atividades de produções textuais motivadas por meio da leitura de diferentes textos, a saber: cinematográfico (filme “2 filhos de Francisco”), imagéticos (charge em linguagem não verbal e a narrativa “História de amor” também em linguagem não verbal).

A aplicação do questionário colaborou para identificação dos fatores externos que interferem no processo de aquisição das regras de concordância verbal na terceira pessoa do plural.

O objetivo principal de cada atividade é a produção textual em que o aluno se manifestasse, mesmo de forma estimulada, livremente, trazendo à tona sua compreensão de mundo e suas emoções. Tal abordagem procura ver como o aluno expressa por meio do vernáculo, em termos labovianos, com que se comunica frequentemente.

Nesse sentido, procuramos não apenas levantar dados, mas apresentar a língua como forma de expressão da individualidade que revisa os valores simbólicos, o que, em nossa visão, pode aumentar a frequência da coloquialidade.

Assim, para quantificar o *corpus* e o questionário, os dados foram tabulados usando o programa *GoldVarb* 2001, onde verificamos as ocorrências dos fenômenos nos textos dos alunos e apresentamos os dados por meio tabelas e gráficos.

Elegemos no âmbito desse estudo quatro variáveis independentes linguísticas, a saber: posição do sujeito, diferença entre as formas do singular e do plural, natureza/tipo de verbo e formas de realização do sujeito.

Ao controlarmos a variável linguística posição do sujeito, entendemos que a alocação do sujeito no sintagma oracional pode condicionar a aplicação da regra bem como inibir a ocorrência da forma padrão.

Estudos sociolinguísticos apontam o efeito de diversos fatores sociais sobre o uso da língua, seja na fala ou na escrita. Os participantes desta pesquisa possuem algumas características em comum, estudam na mesma escola desde o 6º ano, estão na mesma faixa etária e há a mesma quantidade de participantes na variável sexo (10 meninos e 10 meninas), o que nos leva a supor que estão expostos às mesmas influências no ambiente escolar. Refletindo sobre as possíveis interferências sofridas em outros ambientes sociais, resolvemos controlar algumas variáveis sociais para avaliar a sua influência na aplicação da concordância verbal em terceira pessoa do plural.

### **5. Análise e interpretação dos dados**

Das 339 ocorrências encontradas nos textos escritos pelos participantes da pesquisa, 310 refletem a variante padrão, isto é, verificamos a solidariedade entre sujeito e predicado como preconiza a tradição gramatical. Esse total representa cerca de 91,4% das ocorrências, sendo que 29 ocorrências, isto é, 8,6% foram escritas na variante não padrão. O alto índice da forma padrão pode ser explicado pelo fato de a escola estar localizada no meio urbano.

Partindo da metodologia proposta, analisamos todas as ocorrências de terceira pessoa do plural, excluindo aquelas que não se faziam relevantes à pesquisa (casos em que a tradição gramatical aceita a variação) ou que não se enquadravam nos critérios preestabelecidos (casos onde não foi possível identificar a natureza do sujeito).

Reiteramos que, mesmo eloquentes, os dados não trazem em si mesmo a realidade linguística discutida, necessitando, pois, serem esclarecidas por meio de argumentação sólida com fundamentos na teoria varacionista.

Para identificar os fatores que incidem com mais relevância na aplicação do uso de concordância verbal na terceira pessoa do plural, observaremos a seguintes variáveis controladas:

- (+) Presença do morfema de terceira pessoa do plural (marca de plural ou variante padrão);
- (-) Ausência do morfema de terceira pessoa do plural (marca zero ou variante não padrão).

O programa *GoldVarb* selecionou quatro variáveis que se mostraram estatisticamente relevantes para a aplicação das regras de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6), considerando a forma padrão. Foram selecionadas as seguintes variáveis ou grupos de fatores:

- a) Realização e posição do sujeito;
- b) Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo;
- c) Sexo
- d) Escolaridade da mãe;
- e) Renda familiar.

Por questões metodológicas, apresentamos as variáveis separadas em dois grupos: as variáveis linguísticas e as sociais ou extralinguísticas. Por ordem hierárquica, aquelas selecionadas como relevantes pelo programa serão sempre apresentadas primeiro e, posteriormente, mostraremos os resultados referentes às demais variáveis de cada grupo.

### **5.1. Variáveis linguísticas**

Em nossa análise, partimos do princípio variacionista de que há condicionantes estruturais que favorecem ou desfavorecem a realização do fenômeno em estudo.

Ao analisarmos as produções dos participantes da pesquisa, encontramos alto número de ocorrências de formas verbais linguísticas de terceira pessoa do plural utilizadas de forma adequada ao padrão da norma culta<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Essa frequência no uso da forma padrão pode ser atribuída a uma série de fatores como: os alunos se sentem motivados para os estudos, desejo de se destacarem na Instituição para galgarem patentes mais elevadas, obter boas notas para estarem entre os melhores, disciplina, rotina de estudo, incentivo da família, entre outros.

É perfil do aluno que ingressa no Colégio da Polícia Militar tentar ser um bom aluno, pois a forma como a Instituição está organizada não permite que o aluno se desvie de normas rígidas de conduta, deixe de realizar suas atividades, pois há um controle rigoroso nesse sentido e o descumprimento das normas acarreta punições que vão de uma advertência à expulsão do aluno. O discente que possui contato diário com práticas de leitura, por meio das rotinas de estudo, tem o incentivo dos pais em casa, consequentemente utilizará melhor dos mecanismos de uso das regras de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6).

### *5.1.1. Realização e posição do sujeito*

Partimos da hipótese de que a realização e a posição do sujeito em relação ao verbo é fator que incide diretamente na aplicação da regra de concordância verbal. Pesquisadores diversos (LEMLE; NARO, 1977; NARO, 1981) têm demonstrado que a presença do sujeito e a sua posição em relação ao verbo têm forte influência no tipo de variante nas formas verbais e que sujeitos em posição pós-verbal, distantes ou não do verbo, tendem a enfraquecer a aplicação da regra.

A presente pesquisa demonstra que:

- a) A não realização do sujeito faz com que o participante/ produtor do texto recorra à concordância como forma de manter a coerência do que diz;
- b) A anteposição do sujeito é um fator que mais favorece à concordância se compararmos à posposição; no entanto, se a anteposição for modificada por um termo interveniente, o índice de concordância cai acentuadamente;
- c) As presenças do pronome relativo ou da oração relativa inibem a realização da concordância verbal.

Os dados apontam, portanto, para a necessidade de se focar mais fortemente o trabalho em sala de aula nos casos em que houve a interveniência do pronome relativo ou da oração relativa, bem como a importância de se buscar uma procura chamar a atenção dos discentes para elementos que possam vir entre o sujeito e o verbo, a fim de que a norma geral da concordância seja respeitada.

### *5.1.2. Forma do último constituinte do sintagma nominal sujeito que está antes do verbo*

A hipótese apontada é a de que a presença da marca de plural nos elementos antecedentes ao verbo pode influenciar a realização da aplicação da regra de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6).

De início, foram definidos dez fatores, porém durante o processo vimos a necessidade de conjugar alguns desses fatores em razão da pouca relevância para pesquisa<sup>92</sup>. Para o agrupamento, utilizamos como o

---

<sup>92</sup> Os casos de núcleo com marca de plural, último constituinte com marca de plural e numeral foram

critério a semelhanças entre os fatores.

Sendo assim, as formas do último constituinte do sintagma nominal antes do verbo para análise, serão consideradas da seguinte forma:

- a. Núcleo com marca de plural: Ex.: “As condições também não são boas” (KHSN).
- b. Núcleo sem marca de plural: Ex.: “O ladrão e o policial para serem julgados” (KHSN).
- c. Pronome eles: Ex.: “Eles cantavam” (IVLS).
- d. Último constituinte sem marca de plural: Ex.: “os pais da garota morreu” (HFS).

O pronome *Eles* foi, do ponto de vista do peso relativo, o fator mais relevante para a aplicação da regra, seguido daqueles casos em que a marca de plural marcava o fim do sintagma nominal. Tais demonstrações revelam a percepção de pluralidade dos elementos envolvidos e provam que os participantes ficam mais atentos quando há elementos pluralizáveis.

Conforme os dados obtidos, a utilização do pronome *Eles* favorece a aplicação da regra de concordância, bem com as estruturas com marca de plural. Há um desfavorecimento de aplicação da regra nos casos em que o último constituinte do sujeito antes do verbo não possui marca de plural. Aqui se aplicaria uma explicação cognitiva, contrariando alguns aspectos do português popular. Silva (2005) demonstra que a presença do *Eles* inibe a aplicação da regra, já que tal forma é semanticamente carregada de ideia de plural.

Por outro lado, concluímos que o último constituinte do sintagma nominal sem marca de plural não favorece a concordância verbal, visto que seu percentual de frequência foi de 83.3% e seu peso relativo foi de 0.19, bem como o núcleo sem marca de plural com 86.5% de frequência e peso relativo 0.13. Podemos concluir que estaria em ação um princípio cognitivo de considerar o último elemento como relevante para a pluralização do verbo. Nesse sentido, o trabalho docente deve se preocupar em demonstrar que a relação entre o sujeito e o verbo se estabelece por seu núcleo e não pelos elementos marginais.

---

agrupados numa única variável: núcleo com marca de plural. Por falta de ocorrência, foram descartados: determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural, determinante ou modificador pré-nominal sem marca de plural, quantificador tudo e quantificador todos ou todas.

## **5.2. Variáveis extralinguísticas**

As variáveis independentes extralinguísticas que foram observadas são: sexo/gênero, nível de escolaridade da mãe, e renda familiar. Foram descartadas as variáveis escolaridade, acesso a mídias e faixa etária, visto que os informantes envolvidos na pesquisa cursam o mesmo ano do ensino fundamental, todos têm acesso a diversos meios de acesso a informação e tecnologia, e que, no colégio escolhido, não há casos de desníveis de idade/série.

### *5.2.1. Sexo/gênero*

Partimos da hipótese de que as mulheres tendem a realizar a concordância na variante padrão com mais frequência do que os homens, já que o comportamento feminino é mais afetado pela censura do grupo.

A pesquisa confirma a hipótese inicial que as informantes do sexo/gênero feminino tendem a regra de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6) com maior regularidade. Com um número de ocorrências de 188/205, um percentual de 91,7% e um peso relativo de 0.51, concluímos que as mulheres apresentam uma postura mais receptiva ao uso da norma padrão, ou seja, empregam com mais frequência a concordância verbal segundo a norma culta. As alunas provavelmente apresentam esse perfil, porque costumam expressar-se verbalmente com mais frequência que os alunos do sexo/gênero masculino, bem com, leem com mais frequência e estão mais sujeitas às censuras do grupo.

### *5.2.2. Escolaridade da mãe*

Para controle dessa variável, dividimos os informantes em dois grandes grupos: fundamental (alunos com mães que estudaram até o ensino médio incompleto) e superior (alunos com mães que estudaram do ensino médio completo ao ensino superior).

A partir dessa variável, pretendemos observar a influência da escolarização da mãe – visto que muitos dos alunos, durante a pesquisa, alegaram não viver na mesma residência com o pai – na produção escrita dos informantes.

Podemos perceber uma relevante influência da escolarização da mãe na aplicação da concordância verbal em terceira pessoa do plural

(P6). Os participantes da pesquisa cujas mães estudaram do ensino médio ao ensino superior registraram 229 casos de concordância de acordo com a regra de 245 ocorrências, com frequência de 93,5% e peso relativo de 0.59. Por outro lado, os alunos cujas mães tiveram sua escolaridade enquadrada no perfil fundamental, apresentaram frequência de 86,2% e peso relativo de 0.28. Levando-nos a concluir que a escolaridade da mãe é fator importantíssimo na utilização da variante padrão em textos escritos dos alunos no ensino fundamental.

Assim posto, a escolaridade da mãe reflete no comportamento linguístico do filho, produzindo uma forma de adequação à norma de prestígio. Tal realidade aponta para uma aproximação mais rápida entre as normas popular e culta já que há um número crescente de jovens entrando no nível superior.

### *5.2.3. Renda familiar*

Partimos da hipótese de que alunos de classe sociais que possuam melhores meios de acesso aos bens de consumo tendem a aplicar de forma mais recorrente as regras de concordância verbal. Dividimos os participantes da pesquisa em três grandes grupos, de acordo a condição financeira das famílias: classe A (famílias que recebem acima de 5 salários mínimos), classe B (famílias que recebem de 2 a 5 salários mínimos) e classe C (famílias que recebem de 1 a 2 salários mínimos).

Nesse estudo, compreende-se que alunos oriundos de famílias que recebem acima de 5 salários mínimos tendem a utilizar a regra de concordância verbal, visto que o peso relativo desse fator foi de 0.89, favorecendo assim, a aplicação da variante padrão.

Na perspectiva dos fatores extralinguísticos, temos as seguintes características sociais corroboram para que o falante possa, na escrita, empregar a concordância verbal segundo a norma padrão: mulheres, com mais que cursaram o nível médio completo ou superior e aqueles possuem maior renda familiar, se comparada ao universo em análise, já que acreditamos que quanto maior for o universo pesquisado tal diferenciação se acentue.

Com base nessas evidências, passamos a elaboração da proposta de intervenção a qual será detalhada em seguida.

## **6. Proposta de intervenção**

A nossa proposta de intervenção parte da necessidade de, a partir dos problemas detectados por nós ao analisarmos os dados da pesquisa, criar condições didático-pedagógicas para que nosso aluno utilize de forma mais assertiva os mecanismos de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6). O nosso objetivo é desenvolver nos discentes a capacidade de melhorar sua forma de se comunicar, fazendo uso consciente das regras de concordância verbal em terceira pessoa do plural ou P6, para atender aos seus propósitos discursivos.

Constantemente, somos desafiados a fazer das aulas de língua portuguesa algo mais dinâmico e motivador para os nossos alunos. A sociedade cobra da escola o papel de mantenedora do posto de uma fórmula de ascensão social. Nosso trabalho como educadores passa pela conscientização dos educandos de que há uma diversidade de formas de expressar-se linguisticamente, porém faz-se necessária a apreensão da variedade padrão para *auxiliar o aluno falante no conhecimento de sua própria língua materna, enriquecendo o seu conhecimento linguístico*.

Partindo dos dados analisados na pesquisa, vimos que a realização e posição do sujeito, bem como a forma do último constituinte do sujeito antes do verbo são fatores que incidem fortemente na realização da aplicação da regra de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6). Percebemos que, quanto mais intervenientes há entre o sujeito e o verbo ao qual está relacionado e em construções em que o último núcleo constituinte do sujeito não possui marca de plural, menos frequência há de aplicação da regra de concordância verbal.

Portanto, a fim de propor atividades que melhor trabalhem a concordância verbal, vimos a necessidade de focar nossa proposta de intervenção nesses dois fatores supracitados

Aplicamos a proposta de intervenção, iniciando com a mobilização dos conhecimentos prévios: trechos de músicas populares em vídeo, em seguida apresentamos aos alunos por meio de slides as regras de concordância verbal preconizadas pela gramática tradicional, visto que é a partir dessas que analisamos as ocorrências de variação, esclarecendo as dúvidas que por eventualmente surgiram acerca do conteúdo. Logo em seguida, aplicamos as atividades.

As maiores dificuldades apresentadas pelos discentes envolvidos nesta pesquisa pelo grupo de fatores significativos no *GoldVarb* residem:

- a) Na *realização e posição do sujeito* no fator sujeito anteposto com interveniente;
- b) Na *forma do último constituinte do sintagma nominal sujeito* as dificuldades exibidas foram em construções onde o último núcleo constituinte do sintagma nominal sem marca de plural.

As demais variáveis linguísticas, mesmo não sendo significativas para o *GoldVerb*, foram significativas para a elaboração desta proposta, em razão do nosso objetivo maior ser que o aluno se aproprie de todo o conhecimento possível para melhorar sua capacidade linguística e progrida no processo de aprendizagem.

Os resultados foram consideravelmente satisfatórios e mostraram que os participantes da pesquisa ampliaram seus conhecimentos de concordância verbal em terceira pessoa do plural.

## **7. Considerações finais**

Ao longo desse trabalho, buscamos tratar da variação de concordância verbal especificamente na terceira pessoa do plural, visto que se trata de um dos fenômenos linguísticos mais estudados atualmente e por focar em textos de alunos no ensino fundamental. O olhar direcionado para a escola foi o princípio e a finalidade desta pesquisa.

Nos capítulos iniciais, apresentamos referências teóricas para embasar as análises dos fenômenos linguísticos e extralinguísticos que regem a variação na concordância verbal. Visitamos conceitos de gramática, norma, língua sob o prisma estruturalista, gerativista e sociolinguístico, e a teoria variacionista que formaram o alicerce para compreensão dos mecanismos que influem na aplicação ou na não aplicação de regra de concordância verbal.

Em seguida, trouxemos uma fundamentação teórica sobre concordância verbal, ancorada nos pressupostos da tradição gramatical e da tradição linguística, para fins de comparação. Verificamos que a concordância verbal estabelecida pelos moldes da gramática normativa é ensinada como uma regra geral, mas que compartimentada em regras especiais pode causar confusão na hora da aplicação em produções textuais. E, que "fatores linguísticos (natureza e posição do sujeito, forma do último constituinte do sintagma nominal sujeito) condicionam a maior ou menor aplicação da regra de concordância nos textos escritos de alunos no final

do ensino fundamental".

A concordância verbal na língua portuguesa, apresentada a rigor pela gramática normativa, traz, muitas vezes, a marca da redundância. A marca de plural deve aparecer, segundo suas regras, em mais de um constituinte da oração, o que muitas vezes causa muitas dúvidas no emprego adequado das regras de concordância verbal em textos escritos.

Nessa pesquisa, a visão variacionista acerca da concordância verbal se mostrou mais coerente, visto que confirmamos algumas variáveis linguísticas e extralinguísticas que influenciam fortemente na variação de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6). Acreditamos que estudos com esse enfoque dão sempre grande contribuição ao trabalho realizado em sala de aula, uma vez que pode fornecer suportes teóricos para compreensão do uso dessa variação e consequente norte para práticas pedagógicas mais coerentes e menos excludentes.

Na seção referente à metodologia, o corpus e suas características, o aporte metodológico e as atividades de produções textuais propostas nos ajudou conduzir o trabalho. Como nossa análise era baseada em textos de alunos com no mínimo nove anos de escolarização e que estudam, pelo menos, há quatro anos numa escola militar, possuidora de bom desempenho em avaliações externas, era esperado um índice baixo de variação na regra de concordância verbal em terceira pessoa do plural (P6).

Os resultados obtidos, apresentados na seção de análise de dados, corroboram a nossa hipótese inicial de que a concordância entre o verbo e o sujeito é mais produtiva quando este está imediatamente anteposto ao verbo, enquanto que estruturas onde há elementos intervenientes e aquelas onde o sujeito aparece depois do verbo desfavorecem a aplicação da regra.

Na análise dos dados, algumas variáveis revelaram-se muito significativas para melhor compreendermos a variação na concordância verbal. O programa GoldVarb 2001 julgou como relevantes as variáveis *realização e posição do sujeito e forma do último constituinte no sintagma nominal sujeito*.

Na penúltima seção, após a aplicação da proposta de intervenção, os alunos demonstraram uma boa aplicabilidade da concordância verbal nas situações de posposição do sujeito nos exemplos que foram utilizados. O intuito de diminuir os casos em que havia maior incidência de variação na concordância verbal foi alcançado.

Mesmo apresentando certa dificuldade com relação à realização e posição do sujeito, os alunos, após a explicação dos tópicos de concordância, etapa da proposta de intervenção, demonstraram compreensão dos conceitos e mecanismos estudados na atividade realizada.

Na perspectiva dos fatores extralinguísticos, as características sociais que corroboram para que o falante possa, na escrita, empregar a concordância verbal segundo a norma padrão são: alunos, com mães que cursaram o nível médio completo ou superior e que possuem maior renda familiar tiveram excelentes índices de aplicação da regra de concordância verbal. Mas, no convívio diário com os alunos, vimos que o fator renda, apesar de influenciar não é determinante para que o estudante não possa progredir em seus estudos.

Por acreditar que é na sala de aula que podemos mudar algumas posturas arraigadas e preconceituosas a respeito da língua portuguesa, que de fato é utilizada pelos brasileiros, sejam eles pertencentes a quaisquer classes sociais ou níveis de escolaridade, é que nos propomos a dedicar esta pesquisa como forma de contribuição ao exercício do professor, refletindo sobre a língua para além da estrutura e sobre sua própria prática pedagógica.

Nosso objetivo, de discutir a concordância verbal como regra variável na terceira pessoa do plural (P6), foi alcançado a contento, pois fomos além das análises do fenômeno e apontamos estratégias didático-pedagógicas que podem auxiliar na aprendizagem da variedade de prestígio. As atividades foram preparadas de forma a contemplar as variáveis estudadas no decorrer do trabalho de pesquisa, e que por serem simples podem ser aplicadas por quaisquer professores, basta que se direcione o olhar para o fenômeno e não apenas para o uso puro e simples das regras. Vale ressaltar, que a proposta apresentada é exemplo. E que outras propostas tão ou mais significativas podem e devem ser desenvolvidas em sala de aula.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_. *Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana – BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. Tese (de doutorado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:

<http://www.ppglinc.letras.ufba.br/sites/ppglinc.letras.ufba.br/files/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL%20Silvana%20Silva%20de%20Farias%20Araujo.pdf>.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BARBOSA, Elenita Alves. *Uma relação de intimidade ou um fosso profundo entre sujeito e verbo: estudo da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no 9º ano*. 2015. Dissertação (de mestrado). – Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB. Vitória da Conquista.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRITO, Danilo da Silva Santos. *A concordância verbal no português popular do Brasil: aspectos empíricos-teóricos da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6 na comunidade de Vitória da Conquista – BA*. 2013. Dissertação (de mestrado). – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista.

CÂMARA JR, Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do portu-*

*guês contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. [2. ed., Nova Fronteira, 1985]

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati Negrão; MÜLLER, Ana Lúcia. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006.

HORA, Dermeval da. (Org.) *Teoria da variação: trajetória de uma proposta*. João Pessoa: UFPB, 2004.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

NARO, Anthony. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, vol. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *Que gramática estudar na escola?* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NOGUEIRA, Maria Zélia Alves. *Variação da concordância verbal da terceira pessoa do plural na escrita de estudantes do ensino fundamental II*. 2015. Dissertação (de mestrado). – Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, UESB – Vitória da Conquista.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: um caso de variação estável*. 2005, 177 f. Dissertação (de mestrado em letras). – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminhos, 1995.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

SANTOS, Danilo da Silva; SILVA, Jorge Augusto Alves. As variáveis sociais e o uso da concordância verbal: dados do português popular de Vitória da Conquista – BA. *Fólio: Revista de Letras*, vol. 6, n. 1, jan./jun. 2014.

SANTOS, L. W; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação, linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. 2003. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. Tese (de Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.